



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

## GABINETE DO VEREADOR SARGENTO CORAN

Presidente da Comissão de Assuntos Industriais e Comerciais

Presidente da Comissão de Emendas à Lei Orgânica

Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública e da Defesa Civil

### Substitutivo Nº 1 ao Projeto de Lei Nº 138/2025 SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 138/2025

*“DISPÕES SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO DE BICICLETÁRIOS EM TODOS OS HIPERMERCADOS, SHOPPING CENTERS E CENTROS COMERCIAIS NO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM”.*

A Câmara Municipal de Mogi Mirim aprova:

**Art. 1º** - Fica instituída, no âmbito do Município de Mogi Mirim, a obrigatoriedade de disponibilização, instalação e manutenção de bicicletários fixos destinados ao estacionamento de bicicletas em hipermercados, shopping centers e centros comerciais, localizados no território municipal, observadas as disposições desta Lei e de sua regulamentação.

§ 1º - Para feito desta Lei, considera-se:

**I - Bicicletário:** estrutura fixa e permanente destinada ao estacionamento de bicicletas, dotada de suporte ou dispositivos que permitem a fixação segura do quadro e de, ao menos, uma roda, em conformidade com os mínimos critérios de projeto previsto na ABNT NBR 16537:2016, incluindo critérios mínimos de segurança, acessibilidade, estabilidade, sinalização, iluminação e conforto de uso;

**II - Hipermercado, shopping center ou centro comercial:** estabelecimento comercial de grande porte, com áreas construídas igual ou superior a 1.000m<sup>2</sup> ou classificado nos códigos da CNAE correspondentes às atividades de comércio varejista de múltiplas categorias, conforme regulamentação expedida pelo Poder Competente.

§ 2º - O projeto, a instalação e a manutenção dos bicicletários deverão observar, no mínimo, os parâmetros de segurança estrutural, acessibilidade, dimensão, ergonomia, sinalização horizontal e vertical, previstos nesta Lei, em sua regulamentação e na NBR 16537:2016.

**Art. 2º** - As especificações técnicas, dimensões mínimas, critérios de segurança, requisitos de iluminação, sinalização e cálculo da capacidade mínima de vagas serão definidos em regulamentação do Poder Competente, observando:



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

## GABINETE DO VEREADOR SARGENTO CORAN

Presidente da Comissão de Assuntos Industriais e Comerciais

Presidente da Comissão de Emendas à Lei Orgânica

Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública e da Defesa Civil

**I** - o disposto nesta Lei;

**II** - os princípios da mobilidade urbana sustentável;

**III** - as normas da Política Nacional de Mobilidade Urbana;

**IV** - o Estatuto da Cidade e o Código de Trânsito Brasileiro;

**V** - a Lei Municipal nº 6.740/2024, que dispõe sobre o Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

**Art. 3º** - Os bicicletários deverão, obrigatoriamente:

**I** - ser de uso gratuito para consumidores, clientes e usuários;

**II** - situar-se em local de fácil acesso, visibilidade e segurança, preferencialmente próximo às entradas principais;

**III** - possuir capacidade mínima de 03 (três) vagas, ou de acordo com critérios objetivos fixados em regulamentação, considerando a área de vendas ou o número médio de clientes por dia (ex: 1 (uma) vaga a cada 300 m<sup>2</sup> de área de vendas);

**IV** - dispor de iluminação adequada, sinalização visível, piso regular e antiderrapante, e condições mínimas de segurança e estabilidade;

**V** - quando possível, estar integrados à malha cicloviária municipal ou às rotas cicláveis de acesso.

**§ 1º** - A regulamentação poderá estabelecer critérios diferenciados de proporcionalidade para edificações existentes, bem como parâmetros de adequação progressiva.

**§ 2º** - Os estabelecimentos já em funcionamento na data de publicação desta Lei terão o prazo de até 12 (doze) meses para adequação, salvo justificativa técnica deferida pela autoridade competente.

**Art. 4º** - A fiscalização do cumprimento desta Lei competirá à Secretaria Municipal competente, sem prejuízo das atribuições de outros órgãos fiscalizadores municipais.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

## GABINETE DO VEREADOR SARGENTO CORAN

Presidente da Comissão de Assuntos Industriais e Comerciais  
Presidente da Comissão de Emendas à Lei Orgânica  
Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública e da Defesa Civil

§ 1º - Antes da aplicação de qualquer penalidade, o estabelecimento comercial será notificado e terá o prazo de 30 (trinta) dias para regularização;

§ 2º - As infrações ao disposto nesta Lei serão punidas conforme o Código de Postura do Município. Observando o devido processo administrativo, com graduação de sanções que poderão incluir:

I - advertência;

II - multa proporcional à gravidade da infração;

III - outras sanções administrativas previstas na legislação municipal.

§ 3º - O Município editará instruções normativas contendo orientações técnicas padronizadas para instalação, manutenção e operação dos bicicletários.

**Art. 5º** - A Lei entra em vigor:

I - para novas edificações e instalações comerciais, na data de sua publicação;

II - para estabelecimentos comerciais já existentes, após o decurso do prazo de adaptação previsto no § 2º do art. 3º.

**Art. 6** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Vereador Santo Róttoli”, em 03 de novembro de 2025.

Assinado digitalmente

**VEREADOR SARGENTO CORAN**  
**LÍDER DE BANCADA DO PROGRESSISTAS**



Assinado digitalmente

**VEREADOR PROFESSOR CINOÊ DUZO (PP)**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

## GABINETE DO VEREADOR SARGENTO CORAN

Presidente da Comissão de Assuntos Industriais e Comerciais

Presidente da Comissão de Emendas à Lei Orgânica

Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública e da Defesa Civil

### JUSTIFICATIVA

A redação acima pretende: (i) conferir maior precisão técnica e legal (definições), (ii) resguardar o princípio da legalidade e segurança jurídica (critérios objetivos e delegação limitada ao Executivo); (iii) preservar a proporcionalidade e a razoabilidade (prazos graduais e previsão de procedimentos administrativo); (iv) indicar claramente o órgão fiscalizador, com remissão ao Código de Postura para graduação das sanções.

#### **Observações Técnicas (não constam na redação final da lei)**

- Base técnica: ABNT NBR 16537:2016 – Bicicletário – Requisitos de Projeto.
- Parâmetros objetivos sugeridos:
  - 1 (uma) vaga de bicicletário a cada 300 m<sup>2</sup> de área de vendas.
  - Distância máxima de 50 (cinquenta) metros da entrada principal.
  - Altura livre mínima de 2,10 m e largura mínima de 0,80 m por bicicleta.
  - Proteção contra intempéries recomendada (cobertura parcial ou total).

#### **Justificativa técnica e legal**

O presente Projeto de Lei e Substitutivo tem por finalidade instituir a obrigatoriedade de disponibilização de bicicletários em hipermercados, shopping centers e centros comerciais no Município de Mogi Mirim, com o intuito de incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte sustentável, acessível e complementar à mobilidade urbana, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/2012).

A proposição adota critérios objetivos, tecnicamente fundamentados e juridicamente seguros, de modo a garantir clareza normativa, segurança jurídica e efetividade administrativa, sem transferir indevidamente ao Poder Executivo a definição de parâmetros essenciais da lei.

A ABNT NBR 16537:2016 – Bicicletário: Requisitos de Projeto estabelece as especificações técnicas mínimas para o projeto, instalação e manutenção de bicicletários, contemplando aspectos de acessibilidade, segurança, ergonomia, conforto, sinalização e dimensionamento. Essa norma técnica serve como referência obrigatória para assegurar



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

## GABINETE DO VEREADOR SARGENTO CORAN

Presidente da Comissão de Assuntos Industriais e Comerciais

Presidente da Comissão de Emendas à Lei Orgânica

Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública e da Defesa Civil

que os bicicletários instalados no Município ofereçam condições adequadas de uso, estabilidade e proteção ao usuário e ao equipamento.

Além disso, a proposta se alinha à Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), que orienta o planejamento urbano sustentável, e à Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), que incentiva o uso de meios de transporte não motorizados, reforçando o papel dos municípios na promoção da segurança e da integração modal.

A iniciativa também observa o disposto na Lei Municipal nº 6.740/2024, que institui o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, priorizando os modos ativos de deslocamento e a integração entre transporte público, pedestres e ciclistas.

Do ponto de vista técnico, a obrigatoriedade de bicicletários em estabelecimentos de grande porte — como hipermercados, shopping centers e centros comerciais — justifica-se pelo alto fluxo de pessoas e pela disponibilidade de área física compatível para acolher tal infraestrutura sem ônus desproporcional. A previsão de uso gratuito, localização acessível, sinalização adequada e prazo razoável para adaptação assegura equilíbrio entre o interesse público e a razoabilidade administrativa.

A redação proposta busca precisão terminológica e objetividade, definindo conceitos essenciais (como “bicicletário” e “estabelecimento de grande porte”) e delimitando a competência regulamentar do Executivo apenas aos aspectos técnicos complementares, conforme o princípio da legalidade e a hierarquia normativa.

Adicionalmente, o projeto contribui diretamente para:

- Redução de emissões de gases poluentes e melhoria da qualidade ambiental;
- Descongestionamento viário e incentivo à mobilidade ativa;
- Promoção de hábitos saudáveis e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;
- Fortalecimento da cultura ciclovitária local, em harmonia com as metas de desenvolvimento sustentável.

Portanto, trata-se de medida coerente, moderna e necessária, que reforça o compromisso do Poder Público com a sustentabilidade urbana, o planejamento integrado e a inclusão de todos os modais no sistema de mobilidade municipal.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

## **GABINETE DO VEREADOR SARGENTO CORAN**

**Presidente da Comissão de Assuntos Industriais e Comerciais**

**Presidente da Comissão de Emendas à Lei Orgânica**

**Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública e da Defesa Civil**

### **Conclusão**

Em nossa percepção o projeto de lei, em seu mérito, é plenamente viável, por tratar de matéria de interesse local conexa à mobilidade urbana e à segurança dos usuários, e por estar alinhado à Lei Municipal nº 6.740/2024 e à diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. A aprovação deste Substitutivo ocorrer com ressalvas e emendas redacionais e substanciais, com o objetivo de sanar quais quer vícios formais e omissões que possam ensejar questionamentos judiciais ou insegurança na sua aplicação.

Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei à elevada apreciação dos Nobres Pares, confiante de que sua aprovação representará mais um passo significativo rumo a uma cidade mais humana, sustentável e acessível.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:2836/2025 - 03/11/2025 - 09:40 - HMX2-RT3M-50W7-0C2P



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=HMX2RT3M50W70C2P>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: HMX2-RT3M-50W7-0C2P**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:2836/2025 - 03/11/2025 - 09:40 - HMX2-RT3M-50W7-0C2P